

**V ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

23 A 25 DE JULHO DE 2017

**GT04 – O Ensino da Diversidade na Sociologia do Ensino Médio:
Estratégias para Educação de Gênero e Relações Étnico-raciais na
Escola.**

**INTERCULTURALIDADE, CURRÍCULOS E COMBATE AO RACISMO EM
UMA ESCOLA BÁSICA NO RIO DE JANEIRO.**

Rogério Mendes de Lima
Colégio Pedro II

Fátima Ivone de Oliveira Ferreira
Colégio Pedro II

Interculturalidade, currículos e combate ao racismo em uma escola básica no Rio de Janeiro.

Rogério Mendes de Lima
Fátima Ivone de Oliveira Ferreira

Resumo:

Nas últimas décadas, fatos cotidianos e dados de diferentes pesquisas têm demonstrado que o racismo é um fenômeno intrínseco às relações sociais no Brasil e elemento essencial para a compreensão das desigualdades de que são vítimas principalmente as populações negra e indígena. Nesse aspecto, uma leitura das diversas análises realizadas sobre a questão racial no Brasil nos permite identificar um duplo movimento para a construção, consolidação e manutenção da dominação racial. Um de caráter objetivo – ligado à negação das possibilidades materiais para que essas populações superem as desigualdades raciais – e outro de natureza subjetiva – relacionado às construções ideológicas sobre pertencimento e formação das identidades étnico-raciais. Compreendemos que o espaço escolar é um lugar central para o reconhecimento e o combate ao racismo. Desse modo, a pesquisa aqui apresentada se desenvolve em dois eixos. No primeiro, procura identificar o papel dos currículos escolares na persistência do racismo dentro e fora da escola, tomando como base programas adotados no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. No segundo, a partir da opção metodológica pela pesquisa-ação e à luz da perspectiva intercultural crítica e da pedagogia decolonial, realiza uma análise de intervenções pedagógicas antirracistas que vêm sendo implementadas no ensino de Sociologia e que indicam caminhos e possibilidades para que a educação básica seja um exemplo de educação para a diversidade.

Palavras-chaves: Combate ao Racismo, Currículos, Escola básica, Interculturalidade

Introdução

A afirmação pública de que o Brasil é um país racista geralmente causa constrangimentos e incômodos em diversos setores de nossa sociedade. Entretanto, nada mais é do que uma constatação do que as populações negra e indígena experimentam de muitas maneiras em seu cotidiano. As múltiplas formas de preconceito e discriminação racial construídas ao longo dos últimos séculos em nossa sociedade, onde o genocídio de jovens negros pelas forças do Estado tem sido o dado mais alarmante.

A partir da afirmação acima é comum que surja uma indagação. Se temos consciência de que o racismo existe e está presente em nosso dia a dia, se repudiamos suas expressões, por que ele persiste enquanto realidade para a maior parte da população brasileira?

Na perspectiva que adotamos nesse texto e na pesquisa que lhe serve de base, a persistência do racismo se explica porque ele é uma forma de dominação consolidada no Brasil. Dominação essa que se expressa de forma objetiva e subjetiva. A primeira marcada pela negação das condições materiais mínimas de sobrevivência às populações negra e indígena e a segunda pela dominação ideológica sobre esses grupos. Entendemos que se no caso da dominação objetiva, a luta pelos direitos permite o combate ao racismo, no caso da segunda somente a mudança cultural pode alterar o quadro. Por conta disso, vemos que a escola é um dos lugares onde o racismo, em suas diferentes manifestações deve ser combatido, o que implica em modificar radicalmente o papel cumprido historicamente pelas instituições escolares na formação de nossos jovens.

Com esse objetivo em mente a pesquisa que apresentamos neste texto se desenvolve em dois eixos. No primeiro, busca identificar o papel dos currículos praticados na escola básica na permanência do racismo como prática social no Brasil. No segundo, desenvolver diversas intervenções político-pedagógicas que deem outro significado para a escola na luta contra o racismo. Essas ações têm como horizonte teórico-prático a educação intercultural e a pedagogia decolonial, vistas como produtoras de novos caminhos e possibilidades que nos permitam superar as dificuldades e limitações que ainda persistem na construção de uma sociedade comprometida com a luta contra todas as formas de dominação.

Esperamos contribuir para que o debate sobre as formas de combate ao racismo se intensifiquem e tornem-se ferramentas cotidianas de produção de práticas, valores e discursos contra-hegemônicos pelos diversos sujeitos em interação na escola básica.

I.O racismo como forma de dominação

Uma análise científica da realidade comprova o que muitas vezes é negado socialmente: a população negra sofre cotidianamente diferentes formas de violência. Durante muito tempo, isso foi relacionado exclusivamente à questão da classe social. Nesse caminho, muitos estudos como os de Freyre (2003) explicam a realidade do povo negro como questões de classe e não de raça. E transferem para o âmbito individual a responsabilidade pelas ações racistas.

Felizmente, nas últimas décadas, diversos estudos demonstram que a questão racial é um fenômeno que deve ser tratado como um problema estrutural da sociedade brasileira. Numa sociedade em que predomina o preconceito de marca (NOGUEIRA, 2007), o preconceito, a discriminação, a desigualdade e outros fatores desqualificadores do outro, têm um alvo e esse tem cor: a população negra.

O mapa da violência de 2016 apresenta dados alarmantes. Apesar de representar cerca de 53% da população brasileira, a população negra (pretos e pardos)¹ foi vítima de 70,5% dos homicídios por arma de fogo ocorridos em 2014. Um aumento de 46,9% em relação ao ano de 2003 (WAISELFISZ 2016, p.54).

Para além da violência explícita, outros dados demonstram a profunda desigualdade racial no Brasil. A PNAD² aponta que o salário dos trabalhadores e trabalhadoras negros e negras é 55,28% dos valores recebidos por trabalhadores e trabalhadoras brancos e brancas. Segundo a mesma pesquisa, o acesso à educação também é desigual. Um dos dados aponta que a taxa de matrícula de estudantes brancos é 15% maior que a de estudantes negros. Uma informação que merece atenção para todos que atuam na escola básica é que no ensino fundamental apesar de a chegada ao

¹ Segundo dados do IBGE referentes ao censo de 2014.

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2016.

segmento ser praticamente igual, a conclusão na idade certa é de 82,6% para a população branca e cerca de 65% para a população negra.

Esses e outros dados confirmam que o racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira que afeta todas as esferas da vida social. Na perspectiva que defendemos, isso pode ser explicado se compreendermos o racismo não como um ato individual ou coletivo de pessoas ou grupos, mas como uma forma de dominação construída e consolidada por diferentes instituições sociais, entre elas a escola.

Os dados que apresentamos mostram mais fortemente o que denominamos como uma dominação racial objetiva, que consiste em negar as condições mínimas para que as populações negra e indígena possam disputar materialmente melhores condições na sociedade (HASENBALG, 2005). Mas vai além dessa constatação de que aos negros e negras foi relegada, pela elite brasileira, uma posição subalterna na sociedade (CARVALHO, 2011).

Um dos exemplos dessa política são as estratégias de urbanização das cidades brasileiras. No caso do Rio de Janeiro, Costa Pinto (1998) demonstra que as propostas de modernização urbana desde o início do século XX, sempre foram realizadas sem qualquer preocupação com a manutenção dos espaços ocupados pela população negra que foi empurrada direta e indiretamente para as periferias da região metropolitana.

A questão racial no Brasil não pode ser compreendida, portanto, sem que se vislumbre a exclusão da população negra dos projetos de desenvolvimento. Na nossa concepção, isso indica uma ação perversa das elites brasileiras que vai além de uma suposta convicção da inferioridade de negros e negras. A intenção é a de que essa população continue servindo como instrumento para a manutenção do status quo, como mão de obra barata desprovida de outras possibilidades de sobrevivência e bode expiatório para os problemas sociais gerados pelas relações sociais. Silvério (2002, 225) destaca o papel do *Estado* “na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra.”

No entanto, nenhuma dominação é exclusivamente material. Gramsci (1982) destaca a importância da cultura para consolidação de uma dominação hegemônica por uma ou mais classes sociais. Não nos parece diferente no

caso do racismo brasileiro. Enquanto movimento de subalternização das populações negra e indígena, a dominação racial é tanto material quanto cultural. É o que denominamos de dominação racial subjetiva.

A dominação racial subjetiva ou cultural consiste numa ação ideológica que procura controlar ou limitar as possibilidades de construção de outras interpretações do mundo pelas populações subalternizadas. Se na sociedade colonial, a aliança entre a coroa portuguesa e a igreja católica foi responsável por criar as condições culturais para o controle da população negra (COSTA 2008), na sociedade pós-abolição essa tarefa é dividida entre diferentes instituições sociais e políticas de Estado. A política do branqueamento é uma delas. Além do incentivo à imigração europeia, que tem seu limite histórico nos anos 1950, há uma ação até nossos dias no sentido de desvalorizar culturalmente todas as manifestações ou expressões das identidades negras. Isso ocorre através de múltiplos estereótipos construídos e consolidados em diversos lugares da sociedade. Munanga (1999) diz que o negro sofre uma pressão constante para negar suas raízes africanas e se aproximar da cultura branca, tornando-se refém de um sonho de embranquecer.

Cabe aqui uma observação importante. Collins (2015) alerta para a necessidade de que a luta contra a dominação seja pautada pela imbricação das questões de gênero, raça e classe. No que se refere ao racismo brasileiro, essa é uma realidade premente. Não há como discutir a questão racial sem considerar a condição de dupla ou tripla subordinação vivida pelas mulheres negras. As questões estéticas, a excessiva sexualização de seus corpos, a desigualdade econômica, a violência e o assédio, que são expressões do machismo e do sexismo dominante na modernidade, são muito mais significativos e hierarquizantes nas mulheres negras.

Carneiro e Ferreira (2014) realizam interessante estudo sobre a influência dos padrões estéticos na construção da identidade de mulheres negras na periferia de Salvador. Nesse estudo, as autoras procuram traçar um panorama das resistências no âmbito da cultura necessárias para que mulheres negras possam desenvolver uma identidade que refute os padrões hegemônicos de beleza.

Outros elementos atingem tanto homens quanto mulheres negras. Por exemplo, a questão da representatividade nos meios de comunicação.

Carvalho (2011) ao reconstituir a trajetória de negras e negros no cinema nacional, aponta para uma característica da dominação racial subjetiva. A subalternidade e a lateralidade. De acordo com ele, *“Os negros aparecem nesses filmes quase sempre de forma lateral, misturados entre os populares que rodeavam a chegada de alguma autoridade.”* (Carvalho, 2011. p.18-19). Acevedo, Nohara e Ramuski (2010, p.63) afirmam que:

Várias pesquisas também identificaram que são raras as peças (propagandas, comerciais, filmes, livros didáticos, romances) que contêm maior número de personagens de minorias raciais do que de brancos. Isso quer dizer que, quando as peças contêm minorias raciais, elas estão quase sempre em uma proporção bem menor do que a de brancos. Além disso, quando a peça é multirracial, o número total de personagens é bem maior do que quando há apenas brancos.

Paula (2009) indica que:

No imaginário social, a leitura que decorre do paradigma romântico de encontro e convivência harmônica entre os diferentes grupos raciais silencia o quanto esses sujeitos históricos estão assimetricamente posicionados. Entretanto, ainda prevalece, entre nós, um dogma de que ao discutir o racismo, o estimulamos.

Reafirmamos então que o racismo no Brasil é uma questão estrutural e fundante das relações sociais e que sua superação passa pelo combate tanto no campo material quanto no cultural/ideológico. É o exercício dessa dominação que permite às elites dominantes praticarem sua hegemonia sobre a população negra. Para Gramsci (1982) quando uma determinada classe consegue expandir sua visão de mundo de tal forma que ela se torne a referência pela qual outras classes explicam a realidade, temos uma situação de hegemonia.

II. O combate ao racismo na escola: uma luta em múltiplos campos.

Mesmo diante de um cenário de profunda adversidade, a resistência negra se faz presente. Tanto no período de imposição da escravidão quanto nos dias atuais. Se no passado, os quilombos são a maior referência dessa

luta, atualmente um mosaico de iniciativas vem procurando transformar as relações raciais no Brasil.

Os movimentos negros são os pilares dessa resistência. Desde as primeiras décadas do século XX, diferentes sujeitos denunciavam o racismo no Brasil. Desde a criação da frente negra em 1931 até nossos dias, grande parte da pauta e das lutas contra o racismo tem seu início nesses movimentos.

Oliveira (2013) destaca a importância das denúncias feitas pela militância negra na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em 2001 na África do Sul, para que as políticas de ação afirmativa se tornassem políticas efetivas de combate ao racismo e a desigualdade racial no Brasil.

A sanção da Lei 10.639/2003 que inclui no currículo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, é uma consequência direta de décadas de luta dos movimentos e associações negras espalhadas pelo país e inaugura um novo momento desse combate, permitindo trazer para o âmbito da cultura a luta contra o racismo.

Historicamente a luta contra o racismo teve como destaque o campo dos direitos. Diante de uma situação material em que a população negra tem acesso negado a direitos básicos como vida, saúde, educação e moradia (como apontam os dados utilizados neste texto), a busca pela igualdade de direitos é plenamente justificada. Nesse sentido, a maior parte da legislação e das políticas de ações afirmativas vai ao encontro dessas demandas.

Entretanto, a lei 10.639 nos permite trazer para o campo da cultura a luta contra o racismo. Santos (1997) propõe deslocar as reivindicações do campo formal dos direitos para a dimensão da cultura. Isso porque historicamente a luta pelos direitos foi marcada pela influência dos padrões eurocêntricos e por um padrão de hierarquia cultural. Sem perder de vista a luta contra a dominação racial objetiva, defendemos que a extirpação do racismo de nossa sociedade só pode ser alcançada por igual transformação no campo da cultura. É nessa linha de raciocínio que pretendemos seguir a partir deste ponto.

Quijano (2005) diz que as estruturas e relações sociais que vivenciamos na atualidade são resultado de um processo de hierarquização iniciado nos séculos XV e XVI e que tem a questão racial como seu elemento central. As relações estabelecidas pelos colonizadores com os povos dominados, criou

hierarquias sociais baseadas na ideia de raça e que mesmo após o fim do domínio formal dos europeus sobre os demais continentes mantiveram-se presentes, principalmente no âmbito da cultura, no que ele denomina de colonialidade. A colonialidade é a principal fonte do racismo que experimentamos na dimensão subjetiva da sociedade. Afetando não somente as estruturas materiais de poder, mas também os valores, práticas (saberes), a construção das identidades (ser) e nossas relações com a natureza (Walsh, 2009)

Lima (2016) afirma que a escola brasileira é branca, eurocentrada e uma das responsáveis pela persistência das desigualdades sociais. Isso não implica dizer que isto é feito de maneira consciente. Em outras palavras, nossas escolas são parte do processo de colonialidade e, por consequência, da manutenção das estruturas simbólicas que sustentam a dominação racial.

Como modificar esse quadro? Freire (1996) vê na educação, um lugar especial de combate às concepções dominantes de sociedade, desde que a ação pedagógica permita às classes dominadas problematizarem sua realidade. Retomando Gramsci, é essencial a construção de interpretações não hegemônicas da questão racial que permitam aos estudantes negros e negras ressignificarem seus papéis individuais e coletivos socialmente.

A perspectiva intercultural nos parece a mais adequada na medida em que rejeita a proposta multicultural de caráter assimilacionista (CANDAUI 2008), onde se propõe a integração dos sujeitos subalternizados à estrutura dominante. No caso, são as propostas de inclusão dos estudantes negros e negros a partir do sistema escolar, desde que haja uma adaptação destes aos padrões dominantes difundidos pela escola.

Nesta proposição, as histórias, as tradições culturais e as práticas e valores relacionados à negritude são secundarizados ou silenciados. Não há uma rediscussão dos currículos e métodos de ensino. O foco na maioria das vezes é centrado em assimilação acrítica de conteúdos e saberes homogênicos. Nossa opção é pela educação intercultural, que segundo (CANDAUI, 2008, 51) deve promover:

Uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas

nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU 2008, 52)

Desse modo, a educação intercultural na escola pressupõe: a) a valorização das diferenças culturais; b) a análise crítica das relações raciais e culturais na sociedade brasileira, denunciando sua hierarquização e as consequências para nossas visões de mundo; c) denunciar o caráter eurocêntrico racista das relações sociais no Brasil em nossos dias e como isso impacta a vida material e cultural das populações subalternizadas; d) superar o caráter eurocentrado dos currículos e da organização escolar, promovendo a incorporação das vivências e saberes dos grupos subalternizados, em especial negros indígenas; e) promover atividades que levem à relação simétrica entre os sujeitos da escola.

Como afirmam Candau e Oliveira (2010), a educação intercultural deve ser concebida como um projeto pedagógico e político de transformação da realidade, o que significa uma educação antirracista, comprometida com a superação de todas as formas de desigualdade, mas ao mesmo tempo construída com os sujeitos dominados, de modo a instrumentalizá-los para a produção de novas formas de pertencimento e de ação.

III. Interculturalidade e combate ao racismo no Colégio Pedro II

Com base nas ponderações e compromissos assumidos ao longo deste texto, descreveremos as ações de caráter intercultural implementadas no Campus Realengo II, do Colégio Pedro II. Essas ações estão comprometidas com alguns pontos, a saber:

O primeiro refere-se à metodologia utilizada. Optamos pela pesquisa-ação, que de acordo com Thiollent (1985, p.14)

[...] é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Baldissera (2011) apresenta duas condições para que uma pesquisa possa ser definida dessa maneira. A primeira, que ela seja vista a “*partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva*” (2011, p.6). A segunda, que “*haja reciprocidade/complementariedade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados*” (2011. p.6)

A proposta é que a pesquisa possa identificar os elementos que fazem a escola ter colaborado historicamente para a dominação racista, mas ao mesmo tempo possa propor alternativas que imprimam outro sentido à atuação da escola. Em relação aos sujeitos, investigar os padrões dominantes que reproduzem as concepções de mundo racistas no espaço escolar e propor ações que levem estudantes a reconstruírem essas relações, em um processo de reconstrução de identidades e visões de mundo em que eles sejam participantes ativos.

O segundo ponto é que apesar das ações descritas no texto estarem centradas principalmente na Sociologia, compreendemos que o combate ao racismo é multidisciplinar e envolvem diferentes sujeitos e campos do conhecimento. Portanto, o enfoque que será dado é puramente didático e restrito aos objetivos traçados no início do texto.

O Colégio Pedro II (CP2) é uma escola de quase 180 anos e normalmente referenciada como tradicional. De fato, essa é uma descrição que dá conta de uma interpretação de boa parte dos sujeitos da escola. Contudo, não significa que ela tenha sido em sua trajetória um espaço monolítico de reprodução dos valores e práticas das classes dominantes. Nunes (2007) discute como a representação da escola como de elite ou de excelência está relacionada aos contextos políticos e educacionais de cada momento histórico. Como afirma o autor, o imaginário social sobre a escola *resulta da negociação de significados que busca a atender interesses, sociais e políticos que têm por foco o estabelecimento da Identidade Nacional, constituída por meio da educação nacional, em que o Colégio apresentado como um símbolo.* (NUNES, 2007, p.15).

Como esse espaço de negociações e contradições, mas também de possibilidades e descobertas, o CP2 se constitui em lugar privilegiado para o

debate sobre a questão racial na escola brasileira. Como marca da sociedade brasileira, o racismo está presente no colégio de diferentes formas. Algumas diretas como os casos de racismo explícito contra estudantes e servidores. Em outros exemplos, de modo latente em decisões e políticas institucionais que dificultam a trajetória dos estudantes negras e negros na escola. Ausência nos currículos das histórias e culturas negra e indígena, a falta de apoio nos casos de racismo, a estigmatização de estudantes pela cor da pele e uma tendência ao silenciamento ou individualização em casos de racismo, são parte da história institucional do CP2, recentemente marcada por diversos focos de resistência antirracista.

O Campus Realengo II³ fundado em 2004, localiza-se em um bairro da zona oeste do Rio de Janeiro onde, de acordo com o último censo do IBGE, cerca de 58% da população se identifica como preta ou parda. Contudo, isso não significa uma maioria de estudantes negras e negros. Apenas nos últimos anos, há um paulatino aumento da presença negra na escola.

É importante ressaltar que as causas para esse fenômeno estão relacionadas ao modo de operação do racismo brasileiro que mencionamos anteriormente, a dominação racial objetiva e subjetiva. No caso da dominação objetiva, o acesso ao Colégio Pedro II pode ser feito por sorteio (educação infantil e anos iniciais) e por concurso (ensino fundamental II e ensino médio). Na primeira década, os estudantes de ensino médio eram todos originários de concursos. Numa região em que boa parte das escolas públicas e privadas sofre com problemas estruturais, humanos e pedagógicos, uma significativa parcela dos estudantes não consegue aprovação nas provas, mesmo com o estabelecimento de cotas para escolas públicas e cotas raciais. Outra questão é a existência da jubilação que atingia principalmente estudantes negros e negras. A necessidade de acessar o mercado de trabalho precocemente também é um fator que faz com que estudantes afro-brasileiros tenham dificuldades para manter-se na escola.

Do ponto de vista subjetivo, a existência de currículos eurocentrados e a meritocracia como parâmetro de ensino-aprendizagem e de avaliação criam

³ O Colégio Pedro II em Realengo é composto por um complexo de três campi (Educação infantil, Realengo I, Realengo II e Complexo Esportivo). O Campus Realengo II foi o primeiro a ser inaugurado em 2004.

dificuldades para identificação com a escola. Estudo realizado entre 2014 e 2016 sobre a trajetória de estudantes negras e negros, apontou que o sucesso na trajetória escolar implica em muitos casos, num distanciamento de suas origens socioculturais. Em outras palavras, indica a assimilação dos padrões tradicionais da escola, padrões esses que estão distantes das culturas negra e indígena.

A presença de Kabengele Munanga como palestrante na aula inaugural do ano de 2014 e a criação do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros servem como uma guinada no debate. A partir do reconhecimento institucional da existência do racismo na escola, estudantes e servidores ampliam sua luta para que pedagógica e politicamente o colégio se torne um instrumento de luta contra o racismo. Esse processo cria possibilidades para que os sujeitos em interação questionem o papel da escola como reprodutora dos valores e padrões hegemônicos e proponham novas interpretações, saberes e práticas que conduzam à ressignificação do CP2, para que este possa ser, a despeito das tensões e contradições geradas no caminho, um instrumento na luta contra o racismo e todas as demais formas de dominação.

O departamento pedagógico de Sociologia já possuía uma tradição na luta contra o racismo via educação básica. Desde os anos 1990, a discussão da questão racial no Brasil faz parte do currículo do ensino fundamental. Nos anos recentes, um conjunto de iniciativas, algumas de caráter disciplinar, vem ampliando essa estratégia tanto no âmbito do ensino, quanto da pesquisa. Como dito anteriormente, trataremos aqui daquelas realizadas no Campus Realengo II.

As ações em curso podem ser divididas em três blocos: ações de ensino, que remetem às estratégias pedagógicas e curriculares, ações de pesquisa com estudantes e professores da escola básica e ações de extensão dedicadas a toda a comunidade escolar e do entorno. Estas ações estão em permanente diálogo e se influenciam mutuamente, de modo que práticas e saberes produzidos possam contribuir para os objetivos propostos.

Como ações de ensino podemos destacar a adoção pelos professores de Sociologia da visão que percebe os estudantes como protagonistas do ensino. Isso significa que propostas de curso, material didático e atividades

pedagógicas são desenvolvidas com a participação discente e com a premissa de que estes têm saberes e experiências a dar no desenvolvimento dos cursos.

Um exemplo dessa estratégia é a semana da desobediência. Partindo do debate sociológico sobre as normas e regras sociais, desenvolve-se uma atividade onde os estudantes se utilizam das situações de opressão produzidas pelas normas e experienciadas por eles, para desenvolver atividades e ações que desvelem o real significado das mesmas e proponham novas interpretações e propostas para as regras criadas pela escola⁴. Um dos temas presentes nessas atividades são as opressões raciais e de gênero sofridas por estudantes, o que se constitui em momentos importantes para conscientização e reflexão sobre o racismo presente no espaço escolar.

A partir de 2016, o Departamento de Sociologia trouxe formalmente para o currículo de ensino médio as discussões de raça e gênero (figura1). No caso do debate sobre raça e racismo, o objetivo é proporcionar aos estudantes a possibilidade de pensar criticamente as relações raciais no Brasil e reconstruí-las coletivamente numa perspectiva decolonial.

Figura1: Programa de Sociologia do Colégio Pedro II

2º Ano

2º Trimestre: Raça, racismo e etnicidade

Temas	
<ul style="list-style-type: none"> • Teorias e ideologias raciais no contexto da lutas anticoloniais do início do século XX. • Racismo e preconceito no Brasil: das teorias do "branqueamento" ao mito da "democracia racial". • Etnicidade, identidade e negritude. • A construção social do branco: hierarquias, privilégios e branquitude. • Herança escravista, desigualdades raciais e políticas afirmativas no Brasil. 	
Referências Teóricas	Pontos Nodais
<ul style="list-style-type: none"> • Frantz Fanon • Gilberto Freyre • Florestan Fernandes • Guerreiro Ramos • Oracy Nogueira • Clóvis Moura • Abdias Nascimento • Carlos Hasenbalg • Nei Lopes • Maria Aparecida da Silva Bento • Kabengele Munanga 	<ul style="list-style-type: none"> • Anticolonialismo e Identidade negra • Racismo, raça e etnicidade • Democracia Racial e suas críticas • Preconceito de marca e de origem • Desigualdades raciais e violência no Brasil contemporâneo • Movimentos sociais e protagonismo negro • Políticas de ação afirmativa no Brasil
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> • Desconstruir a noção biológica de raças humanas e compreendê-las como uma construção sócio-histórica. • Compreender a opressão racial em sua dimensão histórico-social. • Reconhecer as manifestações do racismo em diferentes sociedades como fruto de relações de dominação. • Avaliar criticamente a ideia de "democracia racial" brasileira. • Reconhecer a desigualdade racial como elemento estrutural da sociedade brasileira. • Analisar as políticas de ação afirmativa no combate às desigualdades raciais no Brasil. 	
<p>Questão motivadora: Se não existem raças humanas, por que persiste o racismo?</p>	

⁴ Essa estratégia está detalhada ... (CITAR produção do José).

No campo da pesquisa desde 2014 são desenvolvidas atividades com estudantes e professores com foco na questão racial. O projeto *Quem traz na pele essa marca* vem realizando investigações sobre a trajetória de estudantes negras e negros e sobre as interseções entre raça e gênero entre trabalhadores e estudantes no campus. Para além do conhecimento produzido, o importante é a descoberta pelos discentes de seus pertencimentos étnico-raciais, o que permite o desenvolvimento de novos discursos sobre a questão racial. Isso somado às ações de outros professores, estudantes e departamentos da escola, vem permitindo um avanço na luta contra o racismo no campus Realengo II. É marcante para a realização dessas atividades a criação em 2016 do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ensino de Sociologia – LAPES, que possui uma linha de pesquisa específica para estudos das relações de raça e gênero na escola.

No que se refere às ações de extensão, a participação no coletivo Kizomba é uma referência importante. Criado em 2015 com o objetivo de promover atividades culturais de valorização da cultura negra por docentes de vários departamentos, o coletivo em 2017 se transformou em grupo de pesquisa do qual a equipe de Sociologia faz parte. A proposta é aproximar as ações das diferentes no campo do ensino, pesquisa e extensão no campus, de modo a construir um acúmulo de práticas, valores e discursos contra-hegemônicos dos/ das estudantes do campus.

Considerações finais.

Diante da constatação de que o racismo é uma prática social disseminada na sociedade brasileira, que resulta de uma dominação que tem na raça seu ponto de apoio, entendemos ser necessária a construção de ações de diversas naturezas que possam transformar esse cenário.

Na medida em que essa dominação, apesar da visibilidade cotidiana de sua vertente material, é sustentada por uma matriz ideológica que oprime e impede que as populações negra e indígena ampliem seus mecanismos de resistência e combate ao racismo, e considerando a importância da escola na formação das visões de mundo e das identidades dos sujeitos, propomos que o combate ao racismo tenha no espaço escolar uma de suas frentes prioritárias.

Nesse sentido, este texto procurou abrir um debate sobre a importância das ações político-pedagógicas no espaço escolar, tendo como objeto de análise os processos em curso no campus Realengo II do Colégio Pedro II. Compreendemos que essas ações ainda são o início de um caminho marcado por negociações e contradições, mas também pela descoberta coletiva de novas e instigantes possibilidades de reconstrução de relações que nos permitam ler de outra forma o mundo.

Referências.

- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lúcia. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 57-73, jan. 2010.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do conhecer e do agir coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2011
- BRASIL. Lei Federal 10. 639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 13, n. 37, 2008.
- CARNEIRO, Anni de N. FERREIRA, Silvia L. Padrões de beleza, raça e classe: representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador – BA. 18º REDOR. Pernambuco. 2014
- CARVALHO. Noel dos S. O cinema em negro e branco. In SOUZA, Edileuza P. *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*. Maza Edições. Belo horizonte. 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2015.
- COSTA PINTO. Luiz de A. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. Editora da UFRJ. Rio de Janeiro. 1998.
- COSTA. Ana I. R. A Igreja Católica e a configuração do espaço físico nos núcleos urbanos coloniais brasileiros. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, Salvador, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996
- FREYRE. Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Global Editora. Recife, 2003.
- GRAMSCI. Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1982.
- GRAMSCI. Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1982.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Editora da UFMG Belo Horizonte. 2005.

LIMA, Rogerio Mendes de. Educação intercultural e currículos na educação básica: a contribuição da Sociologia para o combate ao racismo. Revista Perspectiva Sociológica, Número Especial, 2º sem. 2012/1º sem. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil - Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1. 2007.

Nunes, Sátiro Ferreira Colégio de Pedro II: A gênese de uma escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, 165f, 2007

OLIVEIRA, Leunice. Educação e cultura negra: fortalecimento de identidades e de direitos. Anais da 36ª reunião da ANPED. Goiânia, 2013.

OLIVEIRA, Luiz F. CANDAU, Vera M. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte, 2010.

PAULA, Claudia Regina. O Protagonismo Negro O movimento negro na luta por uma educação antirracista. Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. V.2. n.22.p. 105-120.2009

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas in Colonialismo; Modernidad; Capitalismo; Poder Político; Sociedad; Historia; Eurocentrismo; America Latina; Clasco. 2005.

SANTOS, Boaventura de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. N.48. jun 1997. p. 11-32.

SILVÉRIO, Walter Roberto. Ações afirmativas e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de pesquisa, n. 117, p.219-246.2002.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez,1985.

WASELFISZ, Julio J. Mapa da violência 2016. Homicídios por arma de fogo no Brasil. Flacso Brasil. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in- -surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Editora 7 letras, Rio de Janeiro, 2009.